ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2017-05-23	
O Secretário da Mesa	
Pedro Alves (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Pedro Alves (Assinatura Qualificada) Date: 2017.05.23 15:50:46 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 4295 / XIII (2 .ª)

Assunto: Sobre atrasos nos pagamentos das Lojas do Cidadão

Destinatário: Min. da Presidência e da Modernização Administrativa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A 18 de fevereiro de 2016 assistimos à inauguração da Loja do Cidadão no concelho do Sardoal, momento que teve o privilégio de contar com a presença de Suas Excelências o Ministro das Finanças e a Ministra da Presidência, acompanhados pela Secretária de Estado para a Modernização Administrativa. Foi um dia feliz para o município e um momento que concentrou as atenções dos principais membros do governo.

Apesar de ser uma iniciativa do governo anterior a prioridade não foi revogada e esta loja tornou-se uma realidade. Nesse dia deu-se início a uma nova fase neste concelho, onde diversos serviços do Estado passaram a ser prestados num único local, com maior proximidade e conforto para todos os utentes. De uma assentada, recuperou-se património, melhoram-se os serviços públicos e as populações ficaram melhor.

Passou um ano e quase três meses, ou seja 15 meses, e desde então o Estado nunca pagou uma única renda à autarquia local pela disponibilização do espaço ao contrário do que estava previsto no contrato estabelecido e assinado entre a autarquia e o governo.

São 15 meses de rendas em atraso do Governo a uma pequena autarquia para quem este valor representa algo muito importante. É um mau exemplo que o Estado dá, é um desrespeito enorme pelo poder local e uma conduta que não se coaduna com aquilo que o governo apregoa.

Este não será caso único, caso semelhante ocorre com a Loja do Cidadão de Rio Maior, onde vários serviços do Estado têm custos de operação por pagar ao município local há pelo menos um ano. No caso do IRN só foi pago o ano de 2015.

Outras situações semelhantes ocorrerão por todo o país onde o Estado não cumpre as suas obrigações, deve dinheiro às autarquias e nem uma palavra ou justificação encontra para dar.

Será que é assim que se cumpre o défice mais baixo da história de Portugal?

Exige-se ao governo que dê o exemplo, que seja um pagador responsável e que não voltemos ao período antes do pedido de ajuda externo onde o Estado era sempre o último a pagar. Felizmente esse período está ultrapassado e até as autarquias voltaram a ser um bom exemplo. Ninguém deseja voltar atrás.

Tendo em conta o disposto no artigo 156º, alínea d), da Constituição da República Portuguesa e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, cujo nº 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, O(a)s Deputado(a)s do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer a S.Exa. a Ministra da Presidência, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 - Quando prevê o governo pagar ao Município do Sardoal as verbas das rendas em atraso desde o dia da inauguração em 18 de Fevereiro de 2016?

2 - Qual a justificação do governo para atrasos de mais de um ano no pagamento dos custos de operação aos municípios com Lojas do Cidadão?

3 - Quando prevê o governo resolver os problemas de pagamentos em atraso dos vários serviços públicos esta estabelecidos na Loja do Cidadão de Rio Maior, em particular o IRN?

Palácio de São Bento, terça-feira, 23 de Maio de 2017

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.